

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Senhores Acionistas:

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2013	31/12/2012		Nota	31/12/2013	31/12/2012
		Ajustado	Ajustado			Ajustado	Ajustado
Ativo Circulante		396.293	600.316	Passivo Circulante		239.376	341.370
Disponibilidades	4 & 15.c	1.406	1.862	Outras Obrigações		239.376	341.370
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 & 15.c	102.113	185.653	Sociais e Estatutárias		116	163
Aplicações no Mercado Aberto	4	102.113	185.653	Fiscais e Previdenciárias	11	140.926	151.872
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	196.286	189.223	Negociação e Intermediação de Valores	6	86.853	178.501
Carteira Própria		531	1.021	Diversas	12	11.481	10.834
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	6	Passivo Exigível a Longo Prazo		157.124	129.157
Vinculados à Prestação de Garantias		195.755	188.196	Outras Obrigações		157.124	129.157
Outros Créditos	6	96.488	223.519	Fiscais e Previdenciárias	11	148.171	117.639
Rendas a Receber		297	167	Diversas	12	8.953	11.518
Negociação e Intermediação de Valores	6	86.671	180.335	Patrimônio Líquido	14	261.947	297.753
Créditos Tributários	7	7.355	40.484	Capital Social:			
Créditos Tributários	8	2.165	2.533	De Domiciliados no País		195.698	195.698
Diversos		-	59	Reservas de Lucros		65.549	106.168
Outros Valores e Bens		261.745	167.500	Ajuste de Avaliação Patrimonial		700	(4.113)
Despesas Antecipadas		-	59				
Ativo Realizável a Longo Prazo		261.745	167.500				
Outros Créditos		261.745	167.500				
Créditos Tributários	7	65.181	26.161				
Diversos	8	196.564	141.339				
Permanente		409	464				
Investimentos		223	223				
Outros Investimentos		2.176	2.176				
(Provisões para Perdas)		(1.953)	(1.953)				
Imobilizado de Uso	9	7	11				
Outras Imobilizações de Uso		68	68				
(Depreciações Acumuladas)		(61)	(57)				
Intangível	10	179	230				
Outros Ativos Intangíveis		295	295				
(Amortizações Acumuladas)		(116)	(65)				
Total do Ativo		658.447	768.280	Total do Passivo		658.447	768.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2013	31/12/2012		Nota	31/12/2013	31/12/2012
		Ajustado	Ajustado			Ajustado	Ajustado
Reservas de Lucros							
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
							Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		7.303	188.395	13.484	43.894	-	253.076
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	-	(4.113)	(4.113)
Saldos em 1 de Janeiro de 2012		7.303	188.395	13.484	43.894	(4.113)	248.963
Lucro Líquido		-	-	-	-	63.140	63.140
Homologação do Aumento de Capital	14.a	188.395	(188.395)	-	-	-	-
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	3.156	-	-	(3.156)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(14.350)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	22.817	-	(22.817)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	22.817	-	(22.817)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado		195.698	-	16.640	89.528	(4.113)	297.753
Ajustes de Avaliação Patrimonial	14.b	-	-	-	-	4.813	4.813
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias		-	-	-	(89.528)	-	(89.528)
Lucro Líquido		-	-	-	-	60.509	60.509
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	3.025	-	-	(3.025)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(11.600)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	22.942	-	(22.942)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	22.942	-	(22.942)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		195.698	-	19.665	45.884	700	261.947
Saldos em 30 de Junho de 2013		195.698	-	18.833	35.566	(7.034)	243.063
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	7.734	7.734
Lucro Líquido		-	-	-	-	16.650	16.650
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	832	-	-	(832)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(5.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	5.159	-	(5.159)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	5.159	-	(5.159)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		195.698	-	19.665	45.884	700	261.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A Santander CCVM tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander CCVM, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- títulos para negociação;
- títulos disponíveis para venda; e
- títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:

- "hedge" de risco de mercado; e
- "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível - aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 23. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabelece alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

Os valores registrados, respectivamente nos grupos de outras obrigações - diversas, no exível a longo prazo e no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2012, e em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), homologado pelo Bacen através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011, como consequência da adoção da nova versão do CPC 33, são:

	31/12/2012			
	Outras Obrigações - Diversas (Nota 12) ⁽¹⁾	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Outros Ativos	Crédito Tributário
Saldos Registrados Originalmente em 31 de dezembro de 2012		-	-	489
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	6.366	(4.113)	(489)	2.742
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Ajustado	6.366	(4.113)	-	-

⁽¹⁾ Registrado na rubrica "plano de benefício de aposentadoria".

⁽²⁾ Registrado na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", conforme previsto na Carta Circular Bacen 3.592.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Intrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor do Custo Amortizado	Mercado Refletido no Resultado	Valor do Custo Amortizado	Mercado Refletido no Resultado
Títulos para Negociação	196.273	13	196.273	13
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	195.742	13	195.742	13
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	531	-	531	-
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-
Títulos Privados - Ações	-	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	196.273	13	196.273	13

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais, no valor de R\$195.755 (31/12/2012 - R\$188.196).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012	
			Ajustado	
44.510	4.935	(325)	49.120	
4.063	1.150	(1.802)	3.411	
14	1	(5)	10	
-	2.742	-	2.742	
4	-	(4)	-	
1.433	1.237	(1.558)	1.112	
10.923	593	(318)	11.198	
60.947	10.658	(4.012)	67.593	
(948)	-	-	(948)	
59.999	10.658	(4.012)	66.645	
10.848	-	-	10.848	
49.151	-	-	49.151	

⁽¹⁾ Inclui créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

⁽²⁾ Inclui provisões para perdas em investimentos com incentivos fiscais.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2013		
	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2014	3.035	4.320	7.355
2015	1.080	3.148	4.228
2016	24.793	17.216	42.009
2017	611	367	978
2018	705	423	1.128
2019 a 2021	9.997	5.996	15.993
2022 a 2023	528	317	845
Total	40.749	31.787	72.536

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$58.587 (2012 - R\$58.490) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$58.587 (2012 - R\$57.630), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	103.251	86.689
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	6.606	6.768
Outros	13.791	147
Impostos e Contribuições a Compensar ⁽¹⁾	60.269	34.668
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.324	1.815
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 11 & 13.i)	11.816	11.526
Devedores Diversos no Exterior - Ex-Contratadores ⁽²⁾	1.527	1.418
Outros	145	841
Total	198.729	143.872
Circulante	2.165	2.533
Longo Prazo	196.564	141.339

⁽¹⁾ Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS e imposto de renda a restituir.

⁽²⁾ Valores a receber de depósitos judiciais de ex-contratadores.

9. Imobilizado de Uso

Composto por outras imobilizações de uso - móveis e equipamentos de uso, custo de aquisição no valor de R\$20 (2012 - R\$20) e depreciação de R\$20 (2012 - R\$20), sistema de comunicação, custo de aquisição no valor de R\$48 (2012 - R\$48), e depreciação de R\$41 (2011 - R\$37).

10. Intangível

Composto por gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos.

11. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13.b)	258.588	240.859
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 8&13.i)	11.816	11.526
Impostos e Contribuições a Pagar	1.631	1.903
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	17.056	15.216
Provisão para Tributos Diferidos ⁽¹⁾	6	7
Total	289.097	269.511
Circulante	140.926	151.872
Longo Prazo	148.171	117.639

⁽¹⁾ Refere-se a valores referente a ajuste ao valor de mercado dos títulos para negociação.

12. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	7.812	8.551
Provisão para Pagamentos a Eletuar	6.805	5.341
Provisão de Benefício de Aposentadoria (Nota 3.i)	2.809	6.366
Débitos com Operações de Seguros - Fomecedores	1.934	1.523
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 15.c)	14	8
Outras	1.060	563
Total	20.434	22.352
Circulante	11.481	10.834
Longo Prazo	8.953	11.518

⁽¹⁾ Refere-se a valores referente a ajuste ao valor de mercado dos títulos para negociação.

13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	258.588	240.859
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	7.812	8.551
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	7.812	8.527
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	-	24
Total	266.400	249.410

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	240.859	8.527	24	224.338	10.158	35
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	17.730	1.260	1	16.521	2.875	4
Baixas por Pagamentos	(1)	(1.975)	(25)	-	(4.506)	(15)
Saldo Final	258.588	7.812	-	240.859	8.527	24
Depósitos em Garantia	73.083	5.921	1.275	46.493	6.019	55
Outros Créditos ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na análise da avaliação de risco de cada processo, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$15.559 (31/12/2012 - R\$13.469): a Santander CCVM ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$33.771 (31/12/2012 - R\$26.797): a Santander CCVM ajuizou ações judiciais visando a atestar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

ISS - Instituições Financeiras - R\$9.045 (31/12/2012 - R\$8.098): a Santander CCVM discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$60.787 (31/12/2012 - R\$58.934): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Plano Verão IRPJ/CSLL - R\$61.449 (31/12/2012 - R\$59.736): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias
São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$64.437 (31/12/2012 - R\$60.625): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas sim de mera permuta.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis
São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$229.793 e o principal processo é:

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido atualizado é de R\$55.527.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores
Refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$11.816 (31/12/2012 - R\$11.526), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013, é composto por 20.419.806 mil ações, nominativas e sem valor nominal (10.209.903 mil ações ordinárias e 10.209.903 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de outubro a dezembro de 2013, no valor de R\$2.900 (R\$0.0001273 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.001474, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2013, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2013.

Em setembro de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de julho a setembro de 2013, no valor de R\$2.600 (R\$0.0001420 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.0001474, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de setembro de 2013, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2013.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2013, no valor de R\$2.600 (R\$0.12732766 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,10822851, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$3.500 (R\$0,34280524 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,29138445, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$89.528 (R\$4,384370743 por lote de mil ações ordinárias), sendo que o valor de R\$44.764 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$44.764 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013, e serão imputados integralmente ao acionista Banco Santander (Brasil) S.A.

Em dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de outubro a dezembro de 2012, no valor de R\$3.540 (R\$0.0001734 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.0001474, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em setembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de julho a setembro de 2012, no valor de R\$3.500 (R\$0.000171 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.000146, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 28 de setembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em junho de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2012, no valor de R\$3.740 (R\$0.000183 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.000156, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 29 de junho de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em março de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2012, no valor de R\$3.570 (R\$0.000175 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais) e R\$0.000149, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de março de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2012.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2013, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em dezembro de 2013, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 20.419.758 mil ações (10.209.879 mil ações ordinárias e 10.209.879 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social e participação indireta através da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) de 48 mil ações (24 mil ações ordinárias e 24 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades	1.406	1.862	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	102.113	185.653	9.899	13.164
Rendas a Receber	243	167	517	330
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽²⁾ (Nota 12 & 17)	-	(8)	(55.840)	(27.719)
Despesas com Doações (Nota 17)	14	-	(685)	(379)

⁽¹⁾ As aplicações com vencimento até 3 meses.

⁽²⁾ Refere-se a valores a pagar ao Banco Santander (Brasil) S.A.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens de operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.c)	55.840	27.719
Comunicações	10.092	10.508
Serviços do Sistema Financeiro	339	1.351
Serviços Técnicos Especializados	1.671	220
Doações - (Nota 15.c)	1.652	747
Outras	2.859	2.140
Total	72.453	42.685

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Atualização e Recuperação de Impostos		